

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG

172ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

1 Ata da 172ª (centésima septuagésima segunda) reunião do Comitê de Investimentos realizada aos
2 dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de
3 Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI. A reunião foi
4 coordenada pelo Diretor Presidente **Edivaldo Antônio da Silva Araújo**, contando com a
5 presença da Diretora Administrativo-Financeira **Eliane Antônia dos Reis Pereira** e dos membros
6 do Comitê de Investimentos **Clarice Pereira de Paiva Ribeiro**, **Luis Roberto Andrade** e
7 **Monique da Silva Santana**. A reunião iniciou-se com os seguintes assuntos pautados 1 – *Análise*
8 *do retorno dos investimentos em relação à meta atuarial do mês de fevereiro de 2026*, 2- *Análise*
9 *da carteira de investimentos e alocação de novos recursos*, e, 3 - *Assuntos gerais*. Com base na
10 análise dos relatórios de investimentos apresentados, verificou-se que o patrimônio da carteira do
11 Instituto totalizou R\$162.430.333,45 em fevereiro de 2026, representando um retorno nominal de
12 1,5472%, equivalente a rentabilidade de R\$2.572.565,60, com atingimento de 133,5789% da meta
13 atuarial mensal de 1,1583%. No período, foram aplicados R\$8.817.276,30 e resgatados
14 R\$6.409.823,23. A alocação da carteira de investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim
15 distribuída: Títulos Públicos de emissão do TN, Art. 7º, I “a” R\$3.252.210,30 (2,00%), Renda
16 Fixa Art. 7º, I “b” R\$72.222.499,83 (44,46%); Renda Fixa CVM Art. 7º, III, “a” R\$47.975.148,54
17 (29,54%); Fundos de Ações CVM. Art. 8º I R\$35.026.618,95 (21,56%); Fundos de Ações - BDR
18 Nível I, Art. 9º III R\$741.774,37 (0,46%) e investimentos estruturados classificados como
19 multimercado R\$3.212.081,46 (1,98%). Após análise, constatou-se que a carteira permanecia em
20 conformidade com os limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4963/2021,
21 enquanto os novos recursos estão em observância à Resolução CMN nº 5272/2025. Analisando o
22 cenário econômico, observou-se que o Copom manteve a taxa de juro SELIC em 15% ao ano,
23 dando continuidade a uma estratégia monetária restritiva em razão do processo de desinflação
24 ainda incompleto, aliado às incertezas externas e riscos fiscais domésticos. O IPCA de janeiro
25 registrou alta de 0,33%. No acumulado dos últimos 12 meses, este índice totalizava 4,44%, dentro
26 do intervalo de tolerância da meta. No cenário externo, persistem incertezas relativas ao
27 desempenho da economia dos Estados Unidos e a fatores geopolíticos relevantes. Ao longo do
28 mês, os títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M, apresentaram rendimento de
29 1,10%, enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B, apresentaram
30 rendimento de 1,93%. A bolsa brasileira, por sua vez, representada pelo índice Ibovespa,
31 apresentou valorização de 4,09%. Já o CDI, experimentou um rendimento de 1,00%. A Bolsa
32 Americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou rendimento negativo de 0,57%,
33 enquanto o dólar (PTAX) teve desvalorização de 1,54% no mês, cotado a R\$ 5,15. Os membros
34 do Comitê deliberaram pela aplicação dos novos recursos no Fundo FI CAIXA BRASIL IFRM-1
35 TITULOS PUBLICOS REFERENCIADO, CNPJ:10.740.670/0001-06. O Diretor Presidente
36 informou que: a) os repasses previdenciários referentes à competência janeiro/2026 encontram-se
37 devidamente regularizados, não havendo pendências até a presente data; b) o Certificado de
38 Regularidade Previdenciária (CRP) do Instituto está regular, com validade até 19 de agosto de
39 2026, atestando a conformidade do RPPS junto aos órgãos de controle; c) foi instituída, no âmbito
40 do IPREVI, Comissão interna por meio da Portaria nº 029/2026, com a finalidade de analisar e
41 propor a regulamentação da concessão de empréstimos consignados, observando a legislação

42 aplicável e as diretrizes dos órgãos reguladores; d) será encaminhado ao Comitê de Investimentos
43 checklist contendo as ações necessárias à adequação do Instituto às práticas exigidas para
44 certificação no Pró-Gestão RPPS – Nível III, com vistas ao aprimoramento da governança,
45 controles internos e conformidade institucional. Adicionalmente, foi informado que o Município
46 contratou a empresa Pentagrama para a realização de auditoria financeira, patrimonial e
47 previdenciária do IPREVI. Contudo, até a presente data, o relatório final não foi apresentado ao
48 Chefe do Poder Executivo, motivo pelo qual ainda não se encontra disponível ao Instituto para
49 análise e eventuais providências. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador declarou encerrada a
50 reunião, às nove horas e dez minutos. Eu, Clarice Pereira de Paiva Ribeiro, lavrei a presente ata,
51 que após aprovada será assinada por todos os presentes e encaminhada à Diretoria Executiva para
52 as providências cabíveis. Edivaldo Antônio da Silva Araújo- CPRPPS DIRIG II, CP RPPS
53 CGINV I [assinatura], Eliane Antônia dos Reis Pereira - CP RPPS DIRIG I [assinatura], Clarice
54 Pereira de Paiva Ribeiro – CP RPPS CGINV I [assinatura], Luis Roberto Andrade- CP RPPS
55 CGINV I [assinatura], Monique da Silva Santana- CP RPPS CGINV I [assinatura].